

Cooperativa de Crédito Rural Cresol: Autogestão e Sustentabilidade

Ana Paula Debastiani Vasco

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Graduada pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná
apa_anadbas@hotmail.com

Jaiarys Capa Bataglin

Serviço Social do Comércio, SESC
Graduada pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná
jaiys@hotmail.com

Hieda Maria Pagliosa Corona

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Doutora pela Universidade Federal do Paraná
hiedacorona@hotmail.com

Resumo: Observa-se que as pesquisas na ciência da Administração congregam estudos de diferentes formatos organizacionais e, nas últimas décadas, vêm buscando refletir sobre as práticas destas organizações com o propósito de identificar se são ou não sustentáveis. O presente artigo discute os modelos de gestão “convencional” nas empresas privadas e da “autogestão” nas organizações da economia solidária, e seus vínculos com os princípios e práticas para o desenvolvimento sustentável. A Teoria da Administração aponta para os aspectos fundamentais de toda empresa privada: a busca constante pelo lucro e a centralização das decisões no processo de gestão. A economia solidária considera possível desenvolver a solidariedade e o trabalho conjunto, sem fins lucrativos, contribuindo para a equidade, bem como, preservando o meio em que atua. Para tanto, esse trabalho apresenta o resultado de um estudo de caso, com abordagem qualitativa, da Cooperativa de Crédito Rural Cresol, identificando e analisando o seu processo de autogestão e as suas contribuições para a sustentabilidade da agricultura familiar na Região Sudoeste do Paraná. Desse modo, observou-se que a cooperativa preza pelo envolvimento de seus cooperados através do desenvolvimento de atividades como, assembleias ordinárias, pré-assembleias e de ações para integração deste. No que se refere à sustentabilidade, observou-se que a organização discute a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento e busca promover a sustentabilidade da agricultura familiar considerando suas dimensões; no entanto, a necessidade de se manter no mercado de crédito, acarretando na própria sobrevivência da organização dificulta a implantação de alternativas ambientalmente sustentáveis.

Palavras-chave: Economia Solidária. Cooperativismo. Autogestão. Sustentabilidade. Cresol.

Rural Credit Cooperative Cresol: Self-Management and Sustainability

Abstract: It is observed that research in the science of Directors bring together studies of different organizational formats and in recent decades have been trying to reflect on the practices of these organizations in order to identify whether they are sustainable. This article discusses the management models “conventional” in private companies and the “self” in the organizations of the economy, and its links with the principles and practices for sustainable development. The Theory of Management, points to the fundamental aspects of all private enterprise: the constant search for profit and centralization of



decisions in the management process. Social economy considered possible to develop solidarity and working together, nonprofit, contributing to equity, as well as preserving the environment in which it operates. To that end, this work presents the results of a case study with a qualitative approach, the Rural Credit Cooperative Cresol, identifying and analyzing the process of self-management and their contributions to the sustainability of family farming in the Southwest Region of Paraná. Thus, it was observed that the cooperative values the involvement of their members by developing activities such as assemblies ordinary, pre-meetings and actions to integrate this. Regarding sustainability, it was observed that the organization discusses the need for a new model of development and seeks to promote the sustainability of family farming considering its dimensions, yet the need to maintain in the credit market, resulting in very survival of the organization impedes the deployment of environmentally sustainable alternatives.

Keywords: Economic Development. Cooperatives. Self-Management. Sustainability. Cresol.

1. Introdução

O atual cenário mundial coloca em tensão o modelo convencional de desenvolvimento, centrado na competição e no crescimento econômico, e o modelo da sustentabilidade e da solidariedade. As organizações, na busca pelos seus interesses motivados e estimulados pelo sistema vigente, acumulam riquezas privadamente e agem sobre os recursos naturais sem vislumbrar o suprimento das necessidades da atual e das futuras gerações. Essas questões têm provocado reflexões nas esferas acadêmicas, organizacionais, entidades governamentais e não governamentais, entre outras.

É neste contexto de preocupações que o presente artigo se situa. Ele visa apresentar uma experiência concreta que, pode ser viável para os excluídos e marginalizados pelo sistema capitalista, e ainda promove a sustentabilidade da agricultura familiar, a partir de uma perspectiva endógena. O cooperativismo, em uma perspectiva solidária, tem procedimento econômico-social, no qual os cooperados, homens e mulheres, devem participar ativamente das decisões da organização. Neste modelo autogestionário, as

decisões são determinados pelos próprios acionários da cooperativa, que elegem uma direção e um conselho de gestão.

O teórico inglês Robert Owen (1771-1858) *apud* Rech (2000), um grande intérprete deste movimento, já afirmava que o principal objetivo de toda existência é a felicidade, contudo, ela não pode ser obtida individualmente. Nesta perspectiva, as cooperativas, com regime de economia solidária, tornam-se “a base organizativa de uma caminhada em busca da sociedade mais justa, mais igualitária” (RECH, p.08, 2000). As cooperativas surgem como um meio alternativo ao capitalismo, como uma luta de trabalhadores contra este sistema; como tal, ela não precede o capitalismo, mas acompanha em toda a sua evolução como uma sombra. (SINGER, 2000).

Portanto, este trabalho propõe apresentar um estudo sobre a Cooperativa de Crédito Rural Cresol (Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária), - sendo esta organização um sistema de crédito integrado de cooperativas de crédito rural com interação solidária, e é uma instituição financeira amparada por lei, - analisando seu processo autogestionários e suas contribuições para o desenvolvimento regional sustentável, tendo em vista que tal organização atende aos agricultores familiares da região, em geral excluídos das fontes tradicionais do crédito, para atender as necessidades destes produtores. Logo, apresenta-se com tamanha importância no desenvolvimento da região Sudoeste do Paraná considerando que a região tem uma estrutura fundiária particularmente desconcentrada, com forte presença da agricultura familiar. Portanto, o presente artigo apresenta o resultado de uma pesquisa realizada através de entrevistas semi-estruturadas com dirigentes e funcionários da cooperativas, bem como, através de pesquisa documental.

2.0 Referencial Teórico

2.1 Desenvolvimento Solidário e Sustentável

Desde a primeira Revolução Industrial, o capitalismo esteve à frente do desenvolvimento ocidental, contudo, relatos mostram iniciativas solidárias na Grã Bretanha a partir do século XIX. Iniciativas que permanecem até hoje sendo desenvolvidas por entidades de produção, cooperativas de compras e de vendas, de crédito, de habitação e de seguro, ações que representam mais de um século de desenvolvimento solidário.

O desenvolvimento solidário é, conforme Singer (2004), impulsionado por comunidades de pequenas firmas, cooperativas de trabalhadores ou associações que são conduzidas por valores de cooperação e ajuda mútua, mesmo que competindo entre si no mercado. Ainda conforme o autor, o desenvolvimento solidário e o capitalista apóiam-se nos mesmos avanços do conhecimento e sua aplicação aos empreendimentos humanos. Porém, diferenciam-se em seus propósitos, sendo que o primeiro sustenta-se em um desenvolvimento justo e igualitário; já o

segundo, embora não há como negar que trouxe melhoras aos capitalistas e a uma parcela dos trabalhadores, apóia-se na propriedade privada do capital, excluindo grande parte do povo trabalhador. E é neste sentido que surge o desenvolvimento em uma perspectiva solidária. Ele é uma reação contra a injustiça e exclusão, contra o modelo seletivo de desenvolvimento.

A reação de atores sociais contra esse paradigma social firmado na riqueza e no bem-estar material revela a radicalidade contra os excessos da modernidade. Tal crítica atinge o modo como se “trabalha e produz, mas também o modo como se descansa e vive; a pobreza e as assimetrias das relações sociais,” (SANTOS, 1997) e ainda formas de opressão que atingem grupos sociais transclassistas. Portanto, a reação desses sujeitos funcionou como uma alternativa de inserção como atores sociais e agentes de desenvolvimento.

Desse modo, a economia solidária pode ser uma alternativa para promover a sustentabilidade, considerando que esta última requer uma inter-relação de diferentes dimensões para sua promoção, são elas: econômica, social, ambiental, espacial e cultural (SACHS, 1993). O Congresso da Aliança Cooperativa Internacional em Manchester¹ (1995) estabeleceu os valores das organizações solidárias, nos quais se considera as diferentes dimensões que, de forma sistêmica, podem promover a sustentabilidade, são elas: ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, solidariedade, honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelos cooperados (RECH, 2000).

2.2 Economia Solidária - Cooperativismo

O cooperativismo no Brasil é amparado pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, conforme a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), e este regulamento exige um número mínimo de 20 sócios para sua constituição formal. O artigo quatro desta lei define cooperativa como “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados”. Essa formalização e institucionalização do cooperativismo vinculado ao Estado brasileiro e as suas políticas de desenvolvimento, acabaram distanciando-se dos princípios originários do cooperativismo solidário. O processo de modernização do campo brasileiro, promovido pelo Estado via financiamento subsidiado e inserção forte do agricultor no mercado, promoveu uma significativa ampliação do cooperativismo desta natureza (CORONA, 1999).

O cooperativismo entrou em um importante momento, resultando no estímulo da produção do binômio soja/trigo, a qual fomentou a “modernização” agrícola, somando-se ao acesso ao crédito subsidiado. Porém, nos anos 80, com a queda do preço do soja no mercado internacional, as cooperativas tiveram que buscar outras alternativas de renda, já que o Estado brasileiro, afetado com a crise, dificultou o financiamento subsidiado. A principal alternativa foi a agroindustrialização, que agregou valor aos produtos. Em um primeiro momento, elas??? impulsionaram as cooperativas, mas não foram suficientes para enfrentar um mercado mais competitivo. Com isso, o cenário do cooperativismo na década de noventa foi o endividamento,

ameaças de fechamento e ainda as dificuldades dos agricultores familiares (CORONA, 1999).

As transformações socioeconômicas ocorridas durante nas décadas de 70-90 faz-nos compreender como o cooperativismo ganhou força. A década de 70 é marcada pela transição do modelo Keynesiano (Estado de Bem estar Social), endividamento do Estado, para o modelo econômico neoliberal e caracteriza-se pelo início de uma nova crise econômica mundial, a chamada *crise do petrodólar*. A década de 80 é marcada pelo liberalismo econômico, na qual há mudanças profundas na estrutura econômicas e políticas de países em desenvolvimento. Na década de 90, a integração econômica e a globalização são os pontos fortes, a formação de blocos econômicos, a integração monetária, o rompimento de barreiras políticas através do avanço da tecnologia (RAS, 2009). Portanto, em decorrência da crise, o número de desempregados aumentou, formando um exército de reserva, porém, com a posterior redemocratização, o associativismo e o cooperativismo ganham forças, especialmente no sudoeste do Paraná onde os agricultores familiares se mobilizam para se engajarem no processo de desenvolvimento da região. E, nessa perspectiva, a Cooperativa de Crédito Rural Cresol foi a resposta da insistência destes agricultores.

2.3 Autogestão e Gestão Convencional

As organizações, na perspectiva solidária, são autogestionárias, ou seja, os sócios são os trabalhadores e também participam das decisões da gestão da organização. A autogestão não é entendida como um processo empresarial, mas, como um procedimento econômico-social, o qual os cooperados, homens e mulheres, devem participar ativamente das decisões. Portanto, na gestão de uma cooperativa de economia solidária efetivamente deve-se considerar a participação dos trabalhadores, a transparência administrativa, as relações comunitárias, as atividades sociais e ainda o quadro social dos envolvidos no empreendimento. Contrariando os dois fatores fundamentais da empresa privada: a centralidade do processo decisório e a busca constante do lucro através da competitividade no mercado. Tais fatores encontram referência nas teorias da administração.

Da Administração Científica de Frederic W. Taylor (1856 - 1915) à Abordagem Comportamental de Herbert Simon (1916 - 2001) deu-se ênfase na produção, mesmo que nesta evolução alguns aspectos humanos foram levantados, como na Teoria das Relações Humanas com Elton Mayo (1880 - 1949). No entanto, sempre estiveram preocupadas com a gestão centralizada e com a melhoria na produção para atingir o objetivo maior de aumentar a lucratividade da organização.

A Teoria da Administração mostrou grande avanço desde seus primórdios. Uma abordagem que é considerada um dos itens de grande importância para o perfeito funcionamento do tripé da administração (competitividade, qualidade e produtividade) é a administração estratégica (OLIVEIRA, 1999). E aqui se pode lembrar do conceito de estratégia de Bourdieu (1990), o qual define como praticada por atores que dentro do "jogo social" estabelecem as

estratégias que estão condicionadas, mas devem estar abertas para inovações no contexto do jogo. As estratégias estabelecidas dentro da administração podem condicionar o jogo e pressionar os atores sociais, muito embora estes tenham suas escolhas e interpretações. Portanto, a administração estratégica embora preconize uma administração participativa, as decisões tomadas estrategicamente permanecem sob a responsabilidade de alguns apenas, pois, quando instituído metas e estas não são cumpridas os tomadores de decisão devem reajustar ou corrigir esse desempenho ou as funções do processo administrativo, garantindo o cumprimento dos planos e metas previamente estabelecidos.

3.0 Metodologia

Para atender os objetivos determinados no trabalho realizado, a opção foi pelo estudo de caso que, conforme Gil (2002), consiste em um estudo profundo que permite um amplo e detalhado conhecimento do objeto estudado. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se por ser "uma forma adequada de entender a natureza de um fenômeno social" (RICHARDSON, p. 79, 2008). Há problemas que podem ser investigados a partir de uma abordagem quantitativa, porém, este trabalho buscou identificar, a partir da entrevista com os dirigentes e funcionários da cooperativa, comportamentos, atitudes, visões, valores que estão implicados nas condutas e ações concretas no que se refere a dinâmica da autogestão e do compromisso com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Para a proposta, em primeiro lugar, foi utilizada a técnica da pesquisa documental de apontamentos históricos e publicações da entidade e sobre ela, e ainda, documentações de avaliação das suas atividades. Conforme Bardin *apud* Triviños (1987), a análise documental visa obter indicadores quantitativos ou não, que toleram a inferência de conhecimentos previamente revisados pelo pesquisador.

Além da pesquisa documental foram levantados dados através de técnicas de entrevistas semi-estruturadas com o presidente da Cooperativa Central Baser, o diretor da Base Regional do Sudoeste, com dirigentes e funcionários de duas Cooperativas Singulares, uma com mais tempo de vida e outra mais recente, com fins de identificar a sua percepção referente a dinâmica da autogestão e das contribuições da organização para a sustentabilidade da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná. As entrevistas foram realizadas com os sujeitos previamente cientes de que as informações concedidas seriam gravadas para seu maior aproveitamento e mantidas em sigilo os nomes dos interlocutores.

Considerando que tal trabalho tem cunho qualitativo, e que esta abordagem se preocupa em interpretar um fenômeno social sob o ponto de vista crítico, remete a elementos metodológicos do materialismo dialético, o qual é uma corrente de pensamento que apresenta princípios, leis e categorias para entender os fenômenos sociais. Desse modo, para análise das informações e dados coletados, este trabalho utilizou de categorias que deram subsídios para analisar, em primeiro lugar, a relação entre a experiência

individual ou particular da Cresol na relação com o desenvolvimento convencional geral da sociedade, a qual menciona as características gerais delineando o fenômeno até atingir as peculiaridades específicas dele. A partir dessa referência, a análise das informações e dados deste trabalho, tratou do desenvolvimento a partir do sistema vigente de organização de mercado, delineando a realidade pesquisada que faz parte, em tese, dos pressupostos de um modelo de desenvolvimento solidário/sustentável. Em segundo lugar, a categoria refere-se à possibilidade daquilo que pode surgir considerando a uniformidade do desenvolvimento, em contraposição a realidade, ou seja, aquilo que já aconteceu ou está acontecendo. Assim, este trabalho pretende abordar a realidade, como sendo o modelo atual de desenvolvimento, e a possibilidade, que consiste em um modelo de desenvolvimento justo e equitativo, o desenvolvimento solidário, e ainda, desejou-se confrontar a realidade da gestão convencional numa perspectiva capitalista, e a possibilidade da autogestão, que é a gestão democratizada buscando beneficiar a todos.

4.0 Cooperativa Cresol: Resultados e Discussões

A Cooperativa de Crédito Rural Cresol que faz parte da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária – ANCOSOL - nasceu para atender as necessidades dos agricultores familiares da região Sudoeste do Paraná. Considerando que este espaço é o *locus* de uma estrutura fundiária caracterizada pela pequena e média propriedade, onde 93% dos estabelecimentos possuem menos de 50 hectares, os quais ocupam 58% da área e, ainda, 87% dos estabelecimentos rurais são de agricultura familiar, segundo dados do INCRA de 2008. Os produtores da região dedicam-se ao binômio soja/milho, à criação de suínos e aves, à produção leiteira e, mais recentemente é introduzida a cultura do fumo. Aliada a uma importante produção para mercado a agricultura familiar da região produz também para o auto-consumo. Parte desta produção é processada através das cooperativas leiteiras, de suínos e aves ou cooperativas agrícolas (IPARDES *apud* LIONÇO, 2007).

A CRESOL é fruto da luta de agricultores familiares que se uniram com o objetivo de encontrar alternativas para a parcela da agricultura familiar que foi excluída parcial ou totalmente do projeto de modernização e de suas linhas de crédito. Como atores sociais buscam acessar o crédito solidário para participar ativamente do processo de desenvolvimento local e regional em bases sustentáveis. Na década de 80, foi estruturado um fundo de financiamento para a agricultura familiar – o Fundo de Crédito Rotativo (FCR) com fins de financiar experiências alternativas da agricultura e dos assentados da reforma agrária nas regiões Sudoeste e Centro-Oeste do Paraná. Este Fundo é administrado por entidades/movimentos pastorais, sindicais, organizações não governamentais, associativas e sem terras, destas regiões. Desde então, os agricultores sentiram a necessidade de uma instituição que atendesse as necessidades de crédito rural aos produtores da região.

Após discussões, em 1995/1996, foram criadas as primeiras Cooperativas do sistema Cresol em vários municípios do sudoeste do Paraná e em seguida uma base de serviços - Cresol Baser - que cinco anos depois, resultado do desenvolvimento destas organizações e por orientação do Banco Central, tornou-se a cooperativa central, com sede em Francisco Beltrão. Posteriormente, em 2004, conforme princípio de descentralização e crescimento horizontal foi criada a segunda cooperativa central em Chapecó – SC, a qual atende o Estado do Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina (CRESOL, 2008).

A Cooperativa de Crédito Rural Cresol é uma organização popular e é constituída e administrada por agricultores familiares. Sua diretoria é eleita por seus cooperados com estatuto e regimento próprio. Neste sistema, os recursos captados não ficam centralizados na Cresol-Baser, como normalmente ocorre nas cooperativas de crédito, mas ficam no município de origem do cooperado para melhor se relacionar com o sistema bancário local. Desse modo, cada Cresol consegue maior articulação com as fontes de financiamento do município, evita a concentração de poder em uma instituição apenas (BITTENCOURT, 2000) e permite uma maior aproximação com os cooperados.

O sistema Cresol funciona através de Cooperativas Singulares, Bases Regionais de Serviços e a Cooperativa Central. A Cresol Baser - cooperativa central – reúne as Bases Regionais de Serviços e as Cooperativas Singulares. O quadro social da cooperativa é composto exclusivamente por agricultores familiares, que também são responsáveis pela administração das cooperativas (CRESOL, 2009).

A estrutura da Cresol é, em tese, descentralizada justamente por articular pequenas cooperativas municipais. Tal estratégia faz jus a legislação quando regula que a “área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços” (artigo 4º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971).

O Sistema Cresol oferece diferentes produtos e serviços aos agricultores familiares, como: conta corrente e talão de cheques, depósitos à vista e a prazo (valores em conta-corrente e aplicações dos associados no chamado depósito cooperativo, semelhante à poupança convencional), seguros e pagamentos de tarifas públicas e impostos. Há também, a disponibilidade de crédito com recursos oficiais, como o Pronaf, e recursos próprios, financiando capital de giro, investimentos nas estruturas produtivas, oportunidades de negócio, emergências de saúde e construção ou reforma da casa. Tais financiamentos são concedidos para atividades produtivas na região. A taxa de juros cobrada nos financiamentos leva em conta as condições do público da cooperativa, o que permite a mesma ter um índice de inadimplência baixo, numa média de 2,8%, se comparado a média nacional de inadimplência do Pronaf, por exemplo, que conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é de 14%. Isso também pode ser reflexo da histórica caminhada do crédito da agricultura familiar, que conforme dados do sistema, grande parte dos agricultores familiares, 85,2%, nunca havia obtido o crédito antes de se associarem a uma cooperativa do Sistema Cresol, ou mesmo um contato de depósito em uma agência bancária

(49,8% não tinham conta corrente) (SCHRÖDER, 2005), ao contrário do que acontece agora, na vasta oferta de crédito ao agricultor.

Nota-se que organização tem um crescimento bastante expressivo em todos os últimos anos, considerando que iniciou suas atividades com 1.639 associados, e hoje conta com 62.474 cooperados, distribuídos somente no Estado do Paraná e que dois anos depois já estava ampliando seus serviços para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esse pode ser resultado da fácil acessibilidade do agricultor ao sistema Cresol, já que este sistema procura distribuir-se nos mais diversos municípios seja através de PACs ou de cooperativas singulares.

Vê-se o crescimento da Cresol nesses anos de existência. Destaca-se a evidente diferença que há entre os anos de 2004 e 2005, nos quais houve uma diminuição dos números, a exemplo do número de associados e de cooperativas, em que o primeiro terminou 2004 com 50.450 e 2005 com 34.340, da mesma forma o segundo que terminou 2004 com 80 cooperativa e 2005 com 59. Esse biênio justifica-se pois a Cresol Baser separou-se das cooperativas do estado de Santa Catarina. Desde 2003 foram desencadeadas discussões para elaboração de um novo organograma do sistema prevendo-se a criação de duas centrais. A necessidade desse novo organograma foi resultado da expansão do sistema Cresol e do cumprimento do seu princípio de descentralização, como uma forma de melhorar o acesso do associado a cooperativa. Portanto, essa nova estratégia seria implantada a partir de 2006 ou 2007, porém, essa separação foi realizada em 2004, motivo que em termos formais parece por questões geográficas. Mas houve alguns choques de idéias a respeito do cooperativismo solidário, bem como seu processo de gestão, fato que resultou na separação antecipada da Cresol Baser com a Central de Santa Catarina (BÚRIGO, 2006).

Nesse processo ficou claro que a separação da cooperativa ocorria por motivos geográficos e diferenças ideológicas. Conforme Búrigo (2006), é evidente que um grupo, o qual formaria a nova central, desejava manter laços mais estreito com a Fetraf – uma das correntes sindicais que articula grupos de agricultores familiares que emergiram em oposição aos sindicatos “pelegos” e as federações sindicais tradicionais do Sul. Por outro lado, estava um grupo que defendia que a organização deveria preservar a autonomia com relação as correntes sindicais. Com essa divisão então, as cooperativas do Rio Grande do Sul migraram para a nova central em Santa Catarina.

O que se pode observar quanto ao processo autogestionário da cooperativa é que ela se preocupa com o envolvimento de todos os cooperados, desde o nível dos agentes comunitários de desenvolvimento de crédito – cooperados que representam a cooperativa na sua comunidade, levando informações sobre ela e fiscalizando informalmente - até o conselho administrativo. Para que esse envolvimento seja viabilizado há a formação do cooperado e do colaborador, para que assim possa contribuir ainda mais com as decisões da organização. Essa é uma forma de organização que, sem dúvida, põe em tensão o modelo convencional de gestão, e remete-se a acreditar na possibilidade de se ter uma organização que preze pela

participação dos seus trabalhadores e também de seus clientes – os cooperados.

Os princípios da autogestão tratados nesse trabalho contemplam um procedimento participativo decisório que engloba aspectos econômico-social. Portanto, considera a gestão participativa dos trabalhadores, a transparência administrativa, as relações comunitárias, as atividades sociais. Nesta última pode-se destacar a realização da Copa Cresol, onde todos os cooperados podem participar de um campeonato dos mais diversos esportes, e ainda as próprias pré-assembléias e assembléias, que muitas vezes são realizadas com almoços de confraternização.

Não há dúvida que a gestão dessa cooperativa questiona o processo de gestão convencional. A administração da cooperativa, na medida em que é feita pelos agricultores/cooperados, beneficia o cliente, que também é o cooperado, o gestor, que também é cooperado, e ainda o fornecedor que, nesse caso, capitaliza a organização com os produtos gerados pelo cooperado. Portanto, os três fatores (funcionários, clientes e fornecedores) de uma organização privada, na qual as decisões são centralizadas pelos gestores, são claramente questionados nesse procedimento solidário. Em suma, observa-se que é possível gerir de forma conjunta, beneficiando todos os envolvidos.

Dentro da perspectiva de desenvolvimento em bases sustentáveis, o qual a Cooperativa de Crédito Cresol afirma promover na região em que atua, algumas considerações foram realizadas a partir dos dados e informações levantadas na pesquisa.

Na percepção dos dirigentes e colaboradores da Cresol sobre o que é a sustentabilidade e quais as ações que a organização realiza para promoção desta, nota-se uma relativa diversidade de conceitos que, conforme as dimensões da sustentabilidade consideradas nesse trabalho, alguns são incompletos. Porém destaca-se que a maioria das falas concentrou-se na dimensão econômica, afirmando a necessidade de manter a sustentabilidade econômica do agricultor e consequentemente da cooperativa. A Cresol se propõe resgatar a percepção de agricultura familiar. Porém, nas circunstâncias econômicas de mercado esse pressiona para a adoção dos pacotes tecnológicos e coloca limites para a viabilidade da organização se predominasse somente com esse olhar.

Pelo que se observou entende-se que realmente a cooperativa não se preocupa apenas com a lucratividade, até porque, conforme afirma um dos entrevistados, seria até um fator de desconfiança para o cooperado na medida em que se questionaria onde estariam sendo aplicados os recursos. Porém, ela se preocupa sim com a sobrevivência, é por essa razão que se pode chegar a uma consideração: a Cresol discute as questões da sustentabilidade da agricultura familiar, e fornece ao agricultor subsídios para a efetuação da mesma, no entanto, o agricultor está em busca de outras alternativas, consequentemente, a cooperativa deve submeter-se a demanda desse agricultor, e indiretamente ao sistema de mercado, caso contrário ela não sobreviverá.

A organização, desde sua fundação, preocupou-se com a inclusão dos agricultores familiares que,

parcialmente, foram excluídos do crédito oriundo da modernização do campo brasileiro. No entanto, não consegue fazer frente ao modelo convencional de agricultura, seja porque pode perder cooperados, seja porque não consegue fazer frente ao modelo dominante de mercado. Isso remete à reflexão sobre as possibilidades de promoção de um desenvolvimento equitativo e sustentável na região.

A preocupação com a inclusão social se reflete na concessão de crédito que faz com que a cooperativa diferencie-se das outras instituições financeiras, pois ela concede crédito a arrendatários, posseiros e para assentados da reforma agrária, mesmo, conforme afirma um dos entrevistados, sem ter garantia real da devolução do financiamento. Diz ele que são feitos avais solidários, ou seja, quando financiado a um, o vizinho deste financiador, também pode desfrutar desse benefício. Então, com essa estratégia mais pessoas têm acesso ao crédito, e como outras pessoas podem se beneficiar, essa liberação de crédito torna-se auto fiscalizadora, já que os beneficiados podem fiscalizar.

Dentro dessa perspectiva também se pode considerar os cursos promovidos pela Cresol para o agricultor. Com o Infocus há o desenvolvimento de atividades de formação para os associados, colaboradores e diretores da Cresol, incluindo a pós-graduação para diretores e funcionários, curso para agentes de desenvolvimento e crédito, curso de iniciação profissional de gestão com ênfase em cooperativismo. A cooperativa realizou um curso sobre produção em parceria com a Universidade Federal do Paraná para os agricultores, o qual possibilitou o agricultor aprender sobre modelo de produção sustentável, discutir em sala e aplicar na propriedade dele. Portanto, mais uma vez através dessas ações percebe-se a responsabilidade da cooperativa com o desenvolvimento, com os agricultores, para que esses não só recebam o crédito, mas saibam como e onde aplicá-lo.

5.0 Considerações Finais

Na percepção que se pode ter com os dados e informações apresentados neste trabalho, a gestão da Cresol – Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – busca a integração de todos os agentes envolvidos nas suas atividades, sejam eles cooperados ou colaboradores. E esse modelo de gestão pode ser uma das contribuições para o vasto crescimento da cooperativa, já que o envolvimento das pessoas nos processos de gestão pode motivá-las para desempenharem suas funções com mais entusiasmo, e portanto, irão influenciar outros, colaboradores ou cooperados, a se tornar parte da cooperativa, confirmando a TRH de Mayo, quando trata a influência como um fenômeno social, o qual ocorre em grupos sociais, influenciando tais grupos a desempenharem seu trabalho de forma a atingir um determinado objetivo.

Nota-se que a Cresol faz um trabalho intenso para a integração do agricultor familiar no processo de desenvolvimento, seja através de cursos ou da participação nas atividades da cooperativa, seja através da concessão de crédito. Quando se fala em sustentabilidade, observa-se que

a inclusão social e a luta pelo desenvolvimento equitativo estão presentes, mesmo com destaque na questão econômica. Embora o produto da organização seja o crédito, há uma preocupação por parte da cooperativa para que os agricultores consigam se sustentar, sem depender fortemente de financiamento. A questão ambiental é debatida na cooperativa e entre os cooperados, embora se perceba que a concessão de crédito para novos financiamentos não consegue garantir que sejam ambientalmente sustentáveis.

A Cresol se preocupa em relação à manutenção da cultura do agricultor familiar, e que este não seja submetido apenas à competição no mercado, por isso, investe na discussão sobre a agricultura de auto-consumo e no estímulo a atividades tradicionais. Há, também, uma preocupação com o desenvolvimento praticado na região, pois a cooperativa discute alternativas para os problemas encontrados no contexto do modelo hegemônico e estimula estratégias ambientais, produtivas e técnicas sustentáveis. No entanto, algumas alternativas levantadas como sustentáveis não têm o êxito de procura como esperado pela cooperativa, pois, como se pode ver, há uma forte competição no mercado, incluindo o de crédito, que coloca pressões para a sobrevivência da organização, o que acaba dificultando as opções alternativas a esse modelo.

Por fim, a Cresol confirma a afirmação de Singer (2004), quanto ao desenvolvimento solidário e capitalista, asseverando que tais modelos apóiam-se nos mesmos avanços do conhecimento e sua aplicação aos empreendimentos humanos, no entanto, a diferença está em seus propósitos: o primeiro sustenta-se em um desenvolvimento justo e equitativo; já o segundo, apóia-se na propriedade privada do capital, excluindo grande parte do povo trabalhador. Entendeu-se que essa proposta, ainda não pode ser considerada como um modelo de superação do modelo capitalista, conforme afirmavam alguns teóricos do século XIX; no entanto, é uma reação de pessoas que foram excluídas em parte ou totalmente do sistema hegemônico. Conforme a afirmação desse mesmo autor, essa proposta não precede o capitalismo, mas o acompanha em toda a sua evolução como uma sombra.

Referências

- ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão) et al. **Autogestão e Economia Solidária: uma metodologia**. 2° vol., 2005.
- BITTENCOURT, Gilson Alceu. Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural: uma experiência de economia solidária entre agricultores familiares. In: Paul Singer e André Ricardo de Souza (organizadores). **A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. – São Paulo: Contexto, 2000. Pág.193-218.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BÚRIGO, Fábio Luiz. **Finanças e Solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Florianópolis, 2006. 375 folhas. Tese de doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina.

CORONA, Hieda Maria P. **A Resistência Inovadora: a pluriatividade no Sudoeste do Paraná**. Curitiba, 1999. 184 folhas. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Paraná.

CRESOL. Disponível em: www.cresol.com.br. Acesso em 08/11/2008, 15/09/2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIONÇO, Vânia. **A Abordagem Territorial no Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudoeste do Paraná**. Pelotas, 2007. 250 Folhas. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Pelotas.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Excelência na Administração Estratégica: a competitividade para administrar o futuro das empresas. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Organização de Cooperativas Brasileiras – OCB. Disponível em: www.ocb.org.br. Acesso em 07/11/2008.

RAS-REDE AMAZONIA SOLIDÁRIA. Disponível em: www.redeamazoniasolidaria.org.br Acesso em 12/03/2009.

RECH, Daniel. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. **Pesquisa Social: método e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHS, I. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio-ambiente. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SCHÖDER, Mônica. **Finanças, Comunidades e Inovações: organização financeira da agricultura familiar – o sistema Cresol**, 2005. 215 folhas. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: Paul Singer e André Ricardo de Souza (organizadores). **A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. – São Paulo: Contexto, 2000. Pág. 11-28.

_____. **Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário**. Scielo. Vol. 18 n°51. São Paulo: May/Aug., 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

¹ Os Congressos da Aliança Cooperativa Internacional em Paris (1932), Viena (1966), Tóquio (1992), e de Manchester (1995) formularam os princípios de funcionamento das cooperativas.